

## BRB ganha agência em Luziânia

Às 10h de hoje, o governador Joaquim Roriz inaugura uma agência do BRB em Luziânia (GO). Ela fica na Travessa Emanuel Roriz nº 12, no centro da cidade. Com essa agência, aberta a toda a comunidade, o BRB poderá facilitar o atendimento principalmente aos cidadãos de Luziânia que trabalham em Brasília.

Nos últimos anos, o BRB tem apresentado um balanço positivo em suas contas e nos seus resultados financeiros, o que permite uma política de expansão dos serviços e ampliação do número de agências.

Depois, às 17h, Roriz fará uma outra inauguração: a da nova sede da 1ª Delegacia de Polícia, responsável pela área da Asa Sul. Ela passará a funcionar no lote 2/B do Setor Policial Sul, atrás do Corpo de Bombeiros.

Com essa agência, a Secretaria de Segurança espera dar um atendimento mais eficiente à população do Plano Piloto, já que a área física será bem maior do que a da delegacia antiga. Além disso, os móveis e equipamentos também serão completamente novos.



A Distribuidora Piauí, de Francisco Agostinho Fernandes, na 403 Sul, está instalada no local há 18 anos e atende a uma clientela fixa

tinação, as edificações irregulares devem ser derrubadas, esclarece a administração.

"A melhor opção que encontramos foi resolver o problema a longo prazo, para não gerar grandes traumas no comércio", explica o administrador de Brasília, Clayton Aguiar. Novas empresas que quiserem se instalar com a intenção de construir, serão aconselhadas a se mudar, por exemplo, para a W3, onde há mais espaço.

O secretário de Fiscalização, Vatanábio Brandão, concorda que não há solução imediata para o problema que fere o tombamento da cidade. Algumas áreas foram invadidas há vários anos e outras continuam funcionando como liminares. Em 1996, um decreto permitiu a projeção da loja até o limite da marquise ou, no máximo, 6m<sup>2</sup>. "Não podemos botar as construções abaixo, elas estavam dentro da lei", diz o secretário.

Impossibilitado de derrubar todas invasões fora do gabarito, o Governo do Distrito Federal cobra uma taxa anual de ocupação pública de R\$ 46,15 por metro quadrado, caso o espaço seja coberto, e R\$ 27,96 caso seja ao ar livre. Por ano, são arrecadados R\$ 1 milhão. Alguns comerciantes e microempresários chegam a pagar mais de R\$ 600 por ano pelo privilégio de ocupar calçadas ou becos nos estabelecimentos do Plano Piloto.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural (Iphan), a cobrança de taxa de ocupação é uma garantia que o governo concede a algo que é proibido. "Foi feito um estudo sobre o assunto e a conclusão foi clara. Sob nenhuma hipótese essas invasões são permitidas", defende o superintendente do Iphan, Cláudio Queiroz. O dinheiro das taxas de ocupação corresponde a 3% da arrecadação anual da Secretaria de Fiscalização.

# Puxadinhos rendem R\$ 1 milhão

GDF fatura com invasões do comércio, enquanto problema não é resolvido definitivamente

Cerca de um terço dos comerciantes do Plano Piloto estão ocupando áreas públicas nas comerciais locais nas duas Asas. O problema é maior na Asa Sul, onde o percentual chega a 62%, segundo o Iphan. Enquanto a situação dos chamados "puxadinhos" – que incomoda moradores, GDF e o Iphan – não se resolve definitivamente, as taxas cobradas por essa ocupação rendem aos cofres do tesouro local R\$ 1 milhão por ano.

A cobrança de taxas e a intensificação da fiscalização colocaram um freio na ânsia dos comerciantes de ampliarem seus estabelecimentos, invadindo as áreas públicas destinadas, principalmente, à circulação dos pedestres. Com isso, o número de invasões caiu 10% no último ano.

Antes do poder público fechar o cerco contra as construções irregulares, 1,5 mil comerciantes invadiam áreas públicas. Restam mil lojas fora da norma, segundo a Secretaria de Fiscalização. Só no ano passado, foram 260 retiradas. Em 2004, a Secretaria de Fiscalização pôs um fim a 20 tentativas de invadir área pública. Ainda existem cinco construções que só não foram derrubadas por causa de liminares concedidas pela Justiça.

**ALVARÁS** – Outro fator responsável pela contenção das irregularidades, é a decisão da Administração Regional de Brasília de não conceder novos alvarás de funcionamento para os comércios invasores no caso de mudança de atividade ou de proprietário. À medida que as lojas forem mudando de endereço ou des-

## Problema de gerações

Se o fim dos "puxadinhos" depender da solução encontrada pela Administração de Brasília – não autorizar a manutenção da invasão em caso de mudança de destinação da loja – pode ser que a mancha na cidade tombada se estenda por gerações. São empresários que insistem em aumentar o negócio avançando pela calçada e outros que, com o direito adquirido, garantem que vão demorar a deixar o lugar.

O comerciante Francisco Agostinho Fernandes, dono da Distribuidora Piauí, um bar na 403 Sul, garante que a norma vai demorar muito a afetar seu estabelecimento. "Estou instalado aqui há 18 anos e já tenho clientela fixa. Pago aluguel, diversos impostos e emprego sete funcionários só na parte de trás, onde funcio-

na o bar", diz o comerciante. O negócio não deve acabar tão cedo. A extensão de sua loja é de 6 m<sup>2</sup> e existe desde 1996, quando a lei permitia a existência de puxadinhos.

Para lojas, restaurantes e que não mudam de endereço, o governo não prevê mudanças. Bares e restaurantes tradicionais da cidade devem permanecer e continuar pagando as multas. O proprietário de um bar na Rua dos Restaurantes diz que mudar para W3 só é uma opção se o governo decidir levar adiante o projeto de revitalização da via. "Se o local se tornar um centro de bares e restaurantes, vale a pena. Poderia se tornar o novo point da cidade", diz José Carlos Dias.

**Leia na página 6: entrevista com o superintendente do Iphan**

## SAIBA COMO TUDO COMEÇOU

As salas comerciais eram pequenas demais para abrigar um bar ou um restaurante. Havia espaço apenas para a cozinha e o caixa. Para aumentar as lojas, foram erguidas muretas de tijolo, pavimentou-se a calçada com cerâmica. Para proteger da chuva e do sol, foram colocados toldos e telhas. Tudo como se o espaço público tivesse dono.

Assim começaram os famosos "puxadinhos". Aos poucos, becos foram fechados e os pedestres mal podiam circular entre os prédios.

Com o tempo, muita gente deixou de entender onde terminava o bar e começava a invasão. Quem senta em bares tradicionais, como o Beirute, na 109 Sul, por exemplo, só sabe que o bar aumentou o espaço para as mesas porque existe uma árvore que atravessa o telhado.

O festival das invasões começou no final da década de oitenta. O pioneiro de Brasília e membro da Companhia de Preservação (Compresb), Ernesto Silva, conta que as primeiras ocupações de área pública são da época em que o Distrito Federal conseguiu autonomia. "Isso que vemos hoje é resultado do descompromisso das autoridades com a preservação da cidade e o interesse desmedido por votos", afirma. O problema ganhou maiores dimensões com o tombamento de Brasília como Patrimônio Histórico da Humanidade. A decisão da Unesco pôs em risco a existência de construções que já fazem parte da história da cidade. Fazer com que os prédios voltem à configuração original é o desafio, para muitos difícil de ser cumprido.